



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS DA EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Diele dos Santos Cardoso(1); Andreia Rêgo da Silva Reis(2)

(1)*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus Bom Jesus da Lapa*
diele.cardoso@lapa.ifbaiano.edu.br

(2)*Universidade do Estado da Bahia (UNEB), arsrabi39@hotmail.com*

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a política de expansão da Educação Profissional e os seus desafios com foco no Instituto Federal Baiano. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, apoiado nas pesquisas bibliográfica e documental. A Lei nº 11.892/2008 responsável pela criação dos Institutos Federais representa um divisor de águas na história da educação profissional no Brasil. As políticas educacionais adotadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff vem seguindo um rumo completamente oposto às concepções neoliberais dos governos anteriores, que manteve a educação profissional estagnada por longos anos. O plano de expansão da Rede Federal busca fomentar o desenvolvimento socioeconômico e reduzir as desigualdades sociais e regionais, baseados no processo de interiorização dos IFs. Em 2016, a Rede Federal alcançou o expressivo número de 644 *campi*, sendo que 504 unidades foram implantadas nos últimos 14 anos. Do ponto de vista quantitativo, esta política de ampliação em larga escala vem alcançando grande êxito. Entretanto, alguns desafios ainda não foram superados, como é o caso do IF Baiano que apresenta alguns problemas relacionados a: estruturação e preparação adequada de suas unidades de ensino a fim de garantir o seu perfeito funcionamento; grandes disparidades entre os *campi* quando se compara estruturas físicas, recursos humanos e materiais. Dessa forma, para garantir a qualidade dessas unidades é importante que o governo repense a política de expansão e passe a priorizar o desenvolvimento das unidades que estão em funcionamento, para que só a partir daí, possa dar continuidade ao projeto de criação de novas unidades.

Palavras-Chave: Educação Profissional, Política Educacional, Expansão da Rede Federal de Educação, IF Baiano.

INTRODUÇÃO

A relação entre “educação” e “trabalho” é percebida desde os tempos antigos, quando os indivíduos organizavam o trabalho de produção e transmitiam conhecimentos aos seus filhos, como meio de subsistência. Mais tarde, com o desenvolvimento das cidades, no período da Primeira República (1889 a 1929) cresciam as exigências das fábricas por operários preparados para o trabalho.

É nesse contexto sociopolítico, que emerge a necessidade de se ofertar educação técnico-profissionalizante, no qual a escola passa a assumir um papel importante no seio da sociedade, atuando diretamente na “produção das qualificações necessárias para o exercício do trabalho” (BRUNO, 2011, p. 545).



Também, em decorrência do desenvolvimento capitalista, as ações públicas no âmbito educacional são direcionadas para o ensino profissional, com a finalidade de superar os problemas que assolavam a sociedade (desemprego, pobreza, a exclusão social) e, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país.

Assim, para atender o número expressivo de pessoas que viviam aglomeradas nas cidades, após o processo de urbanização, foram criadas escolas técnicas com o propósito de facilitar às classes proletárias, meios para vencer as dificuldades. (FONSECA, 1961).

Desde a década de 90, a educação tem passado por grandes mudanças dentre as quais se destaca: a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/1996, rumo a uma organização democrática do Estado; a inauguração do Projeto de Desenvolvimento Nacional no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), cuja prioridade é orientada para a expansão da educação profissional no Brasil.

Frente a esse cenário, a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), através da Lei Federal Nº 11.892/2008, destaca-se no campo das políticas educacionais, como um novo modelo inovador do ponto de vista político-pedagógico.

Entretanto, diante da ampliação da Rede Federal de Educação é imprescindível repensar os desafios desta política. Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar e compreender o contexto histórico da educação profissional no Brasil, contextualizando a política de expansão da Educação Profissional e os seus desafios, com foco no Instituto Federal Baiano (IF Baiano).

METODOLOGIA

Para melhor conhecer os desafios da política de educação profissional instituída recentemente, o caminho metodológico é caracterizado como exploratório-descritivo, apoiada pelas pesquisas bibliográfica e documental.

De acordo Gil (1991) na pesquisa exploratória busca proporcionar uma maior familiaridade do pesquisador com o problema, com objetivo de torná-lo mais transparente, formular hipóteses, aprimorar ideias e descobertas. Vergara (2000) complementa que a pesquisa exploratória é utilizada quando se existe pouco conhecimento científico a respeito de determinado tema. Logo, “nesse caso é necessário desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se deseja estudar” (KÖCHE, 1997, p.126).

Quanto aos fins, a pesquisa descritiva destaca-se porque permite definir as características de uma determinada população ou de determinado fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e



define sua natureza. Desse modo, esse tipo de pesquisa “não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.” (VERGARA, 2000, p. 47).

A pesquisa bibliográfica é basicamente a base para qualquer estudo científico, que fornece instrumentos para qualquer tipo de pesquisa (VERGARA, 2000). Lakatos e Marconi (1996, p. 66) complementam que “a sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto”. Nesse sentido, é realizado o levantamento sobre o tema em diversas fontes como: livros, publicações de periódicos, artigos, revistas, monografias, teses, dissertações, internet, meios de comunicação orais (rádio, televisão, filme).

Similar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental utiliza-se de materiais que ainda não foram tratados analiticamente, ou que, ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa. É o caso de documentos institucionais conservados em órgão públicos e instituições privadas (associações, igrejas, sindicatos, partidos políticos) como: imagens, relatórios, diários, fotografias, ofícios, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, gravações (GIL, 1991).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação profissional no Brasil foi instituída pelo Presidente Nilo Peçanha, em 1909, através do Decreto Federal Nº 7.566, com a criação de 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices. Essas escolas tinham dois objetivos: atender as demandas da indústria, que estavam em expansão; reduzir as mazelas sociais e controlar grupos que representavam riscos à sociedade. (FONSECA, 1961).

Mais tarde, no período de 1930-1940, ocorreu a ampliação da Rede Federal de Ensino Profissionalizante, em razão de acordos políticos e internacionais. Nesse período, grandes empresas multinacionais começavam a se instalar no Brasil e exigir mão de obra qualificada. A oferta do ensino profissionalizante para as classes menos favorecidas, objetivava apenas formar pessoas qualificadas para o mercado de trabalho e, por conseguinte, contribuir para alavancar o desenvolvimento industrial do país.

Nos anos de 1970 e 1980, o Estado instituiu a primeira escola única para ricos e pobres, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 5.692/1971) e tornou obrigatório o ensino profissionalizante para os alunos do ensino secundário. Como as instituições não deram conta de atender aos propósitos especificados na supracitada lei, uma nova legislação passa a vigorar por meio da Lei Federal Nº 7.044/1982, dessa vez, dando oportunidade para as escolas optarem pela oferta de ensino propedêutico ou técnico-profissionalizante.



Desse modo, sob forte influência da lógica neoliberal (PERONI, 2010), a Rede Federal de ensino profissional se manteve, por longos períodos, estagnada, ocorrendo sua expansão prioritariamente na rede privada (SGUISSARDI, 2008). Esse fato se deu em virtude da Lei Federal Nº 8.948/1994, que estabelecia em seu artigo 3º, parágrafo 5º:

a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, **somente** poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1994, art. 3º, § 5º - Grifo nosso).

Na década de 90, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o desígnio de superar os problemas da inflação e desemprego, adotou-se a política de privatização das instituições estatais, terceirização dos serviços essenciais e consolidação do ensino superior privado. Assim, iniciava também na rede pública, o processo de privatização do ensino público.

As políticas de investimento público na rede federal de ensino só são retomadas no século XXI, mas a expansão ainda continuava ocorrendo com maior intensidade na rede privada. É no governo Luís Inácio Lula da Silva, que ocorre o ‘descongelamento’ da educação, mediante aprovação da Lei Federal Nº 11.195/2005, com a instituição da expansão da oferta de educação.

Além disso, destaca-se nesse governo a aprovação da Lei Federal 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), sendo que, muitos desses institutos são decorrências da transformação/integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas que estavam vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2008).

Indubitavelmente, a Lei Federal Nº 11.892/2008 representa a reformulação da oferta da educação profissional no Brasil. Assim, os IFs são considerados instituições com um diferencial político e pedagógico, que atuam em uma estrutura pluricurricular e *multicampi* ofertando a educação básica, profissional e superior.

Essas instituições possuem natureza jurídica de autarquia, com autonomia nas modalidades administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008). É importante elucidar que a garantia da autonomia é uma grande transformação da rede de ensino, pois até a década de 1990, as poucas unidades de ensino criadas estavam vinculadas às autarquias federais (TAVARES, 2012).



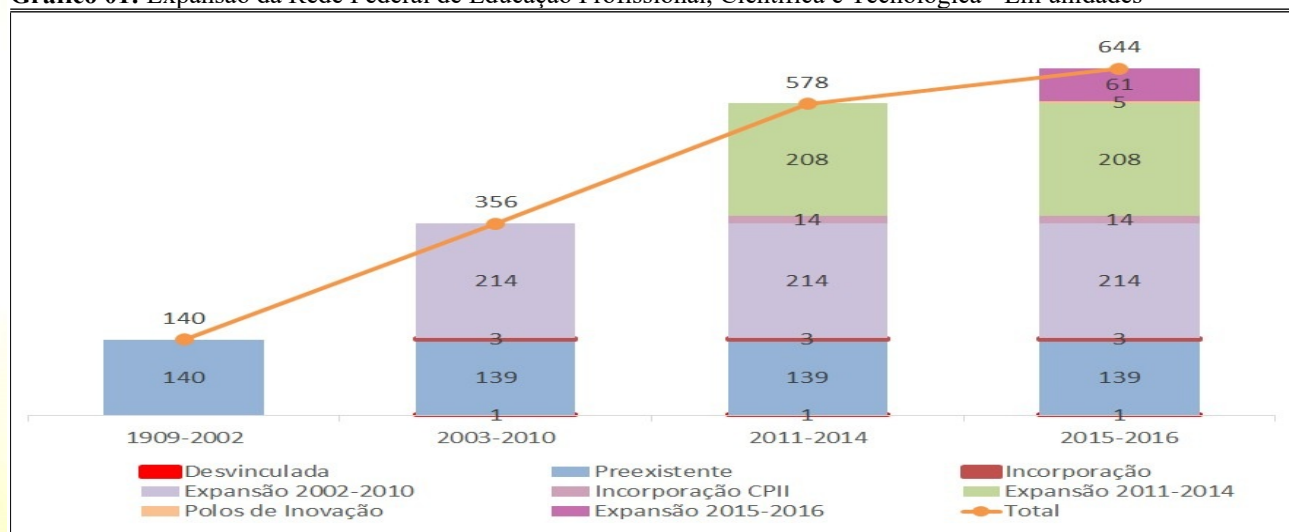
Na perspectiva de melhorar a oferta e a qualidade da educação em todos seus níveis e modalidade, o governo, em consonância com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançou em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais são algumas ações do PDE propostas para a Educação Básica (BRASIL, 2007).

Como afirma Rodrigues e Souza (2015, p. 03) “as propostas educacionais desse governo caminharam principalmente na direção da elevação da escolaridade da população e no fortalecimento da Educação Profissional, percebida agora como uma política pública”. Vale salientar que o plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional se consolidou nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e se estruturou em três fases.

Na primeira Fase (2005 a 2007) foram construídas 64 unidades. A segunda fase (2007 a 2010) tinha como máxima o slogan: “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”, o objetivo era a instalação de 150 novas unidades de ensino, que somariam as 64 unidades já existentes, totalizando um número de 214 unidades (BRASIL, 2009).

Na terceira fase (2011 a 2014), com a transição do governo, a política de expansão da rede federal é mantida. Para esse momento, a projeção consiste na implantação de 86 novos *campi* para o primeiro ano do governo da Presidente Dilma Rousseff, sendo que 46 se tratavam de unidades remanescentes da segunda fase da expansão. A meta planejada para esse período tinha como proposta, a implantação de 558 unidades de ensino em cada uma das microrregiões brasileiras (BRASIL, 2009). De acordo com o gráfico abaixo, até o ano de 2016, 504 *campi* foram implantados, sendo atendidos 512 municípios.

Gráfico 01: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: (BRASIL, 2016a)



Na Bahia, foram criados o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), sendo este último o foco deste estudo.

Os primeiros *campi* do IF Baiano foram constituídos a partir das Escolas Agrotécnicas de Senhor do Bonfim, Guanambi, Catu e Santa Inês. Em 2010, as antigas EMARC's - Escolas Médias de Agropecuária da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) de Valença, Teixeira de Freitas, Itapetinga e Uruçuca foram integradas ao IF Baiano. Ainda em 2010, em decorrência do processo de expansão, foram criadas e incorporadas as unidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira. Atualmente, o IF Baiano implantou o campus de Serrinha, e estão em fase de implantação os *campi* de Xique-Xique, Alagoinhas e Itaberaba (IF BAIANO, 2015).

A Lei Federal Nº 11.892/2008 esclarece, no artigo 6º, as finalidades e características dos Institutos Federais, dentre as quais estão:

[...] III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica [...] (BRASIL, 2008, Art. 6º).

Para atender a verticalização proposta na Lei Nº 11.892/2008, em uma estrutura *multicampi* e pluricurricular, que vai desde a educação para jovens e adultos até o nível de pós-graduação, é importante garantir infraestrutura, recursos humanos e financeiro adequados para o funcionamento dessas instituições. Nesses termos, algumas peculiaridades da estrutura física dos *Campi* do IFBAIANO são apontadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Estrutura dos *Campi* do IFBAIANO

CAMPUS	INICIO DO FUNCIONAMENTO	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
ALAGOINHAS	Sede Própria	Em construção. Início 2013
BOM JESUS DA LAPA	Sede Provisória cedida pelo Município	Obra finalizada em 2013 (terreno doado pela CODEVASF)
CATU	Sede Própria (Escola Agrotécnica)	
GOVERNADOR	Sede Provisória concedida pela	
GUANAMBI	Sede Própria (Escola Agrotécnica)	
ITABERABA	Não iniciou o funcionamento	Em construção
ITAPETINGA	Sede Própria (EMARC's)	
SANTA INÊS	Sede Própria (Escola Agrotécnica)	
SENHOR DO BONFIM	Sede Própria (Escola Agrotécnica)	
SERRINHA	Sede Própria	Obra finalizada no fim de 2015



TEIXEIRA DE FREITAS	Sede Própria (EMARC's)	
AVANÇADO DE	Sede Provisória	
URUÇUCA	Sede Própria (EMARC's)	
VALENÇA	Sede Própria (EMARC's)	
XIQUE-XIQUE	Não iniciou o funcionamento	

Fonte: Criada pela autora, a partir de dados do PDI 2015-2019 (IF BAIANO, 2015).

Analisando as informações do Quadro 1, é possível apontar algumas diferenças entre essas unidades. Os *Campi* de Catu, Santa Inês, Guanambi, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca, incorporados em 2008 e 2010, por se tratarem de instituições que provêm de uma trajetória histórica já concretizada, tiveram que adequar suas estruturas físicas provenientes das antigas Escolas Agrotécnicas e EMARC's para atender a sua missão enquanto Institutos Federais.

Nesse caso, essas instituições apresentam uma série de limitações em suas estruturas físicas, que podem dificultar o processo de transformação e adaptação do seu espaço físico para receber uma demanda maior de estudantes (em todos os níveis e modalidades) garantindo assim, as condições mínimas necessárias à oferta de cursos com qualidade. Além disso, destaca-se a importância em garantir as condições legais de acessibilidade aos públicos interessados, bem como uma infraestrutura física e tecnológica adequada à oferta de cursos e vagas, assegurando o bem-estar e a segurança de todos aqueles que acessam suas dependências.

Em contrapartida, os *Campi* de Bom Jesus da Lapa, Serrinha e as unidades que estão em fase de implantação como Alagoinhas, Itaberaba e Xique-Xique, tem ou terão novas estruturas físicas construídas de modo apropriado para atender as finalidades a que se propõem. É válido frisar que, essas instituições de ensino criadas recentemente tem iniciado suas atividades em espaços cedidos e, por esta razão, estão condicionadas a limitar a oferta de cursos e de vagas, de acordo com as condições físicas da sua atual unidade de ensino, tendo em vista a impossibilidade de se realizar reformas e construções.

Faz-se necessário explicitar que diferente das antigas unidades transformadas em Institutos Federais, os novos *campi* tem a possibilidade de projetar a construção de sua sede própria, de acordo com suas necessidades futuras, principalmente seguindo as exigências legais da acessibilidade e prevendo o espaço adequado para o funcionamento das unidades administrativas e pedagógicas, salas de aula, laboratórios, ambientes para lazer, refeitórios, etc.



Outra fragilidade desta política é observada quando se compara o quantitativo de recursos humanos entre os *campi*, expressos conforme aponta o quadro 2:

Quadro 2 – Servidores e Contratados

	Bom Jesus da Lapa	Catu	Mangabeira	Guanambi	Itapetinga	Santa Inês	Senhor do Bonfim	Teixeira de Freitas	Uruçuca	Valença	TOTAL
Técnico-Administrativos	21	97	21	96	30	65	63	22	28	22	465
Docentes	24	73	27	68	38	73	58	50	47	45	503
Terceirizados	24	65	25	54	40	77	90	57	43	54	529
Total	69	235	73	218	108	215	211	129	118	121	1456

Fonte: Adaptada pelo autor a partir do Relatório do IF Baiano (IF Baiano, 2014).

De acordo com os dados do Quadro 2, pode-se perceber a diferença de quantitativos de recursos humanos e a falta de padronização do quadro de pessoal efetivo e terceirizado dos *campi*. A diferença de recursos humanos é mais significativa nos novos *campi*.

Os institutos resultantes da agregação das antigas Agrotécnicas e EMARC's tem um quantitativo de servidores bem maior que o *campus* de Bom Jesus da Lapa e de Governador Mangabeira. Essa condição tem fragilizado a atuação dessas unidades, já que a política de expansão não tem oferecido à garantia necessária para o seu perfeito funcionamento.

A política de expansão e interiorização dos IFs tem cada vez mais atraído para os concursos públicos número expressivo de candidatos provenientes das várias regiões do país. Esse fator tem contribuído para que a composição do quadro de servidores dessas instituições seja bastante diversificado, caracterizado por profissionais das diversas regiões, que já entram no serviço público com a pretensão de tentar remoção/redistribuição para suas cidades ou para os centros mais próximos e/ou mais desenvolvidos. Tal situação tem colaborado para o enfraquecimento da cultura e da identidade organizacional dos Institutos.

Nesse sentido destaca-se outra fragilidade dos Institutos, que está diretamente ligado a identidade e cultura organizacional. Mintzberg *et al* (2000) consideram que a cultura organizacional é a base da organização; são as crenças comuns que se refletem nas tradições e nos hábitos, bem como em manifestações mais tangíveis (histórias, símbolos ou mesmo edifícios e produtos). A



identidade organizacional é definida por Albert e Whetten (1985), como a percepções e valores dos indivíduos sobre os atributos centrais, distintos e duradouros da organização.

Outro fator importante é a divisão dos recursos financeiros demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 3 – Orçamento dos *Campi* do IF BAIANO

CAMPI	2014	2015	2016
Bom Jesus da Lapa	R\$ 1.950.425,00	R\$ 2.139.378,00	R\$ 2.236.514,57
Catu	R\$ 7.434.607,00	R\$ 8.145.155,00	R\$ 6.157.890,00
Governador Mangabeira	R\$ 1.778.682,00	R\$ 2.218.628,00	R\$ 1.966.000,00
Guanambi	R\$ 6.388.258,00	R\$ 7.377.813,00	R\$ 5.905.000,00
Itapetinga	R\$ 3.426.370,00	R\$ 4.811.780,00	R\$ 3.092.281,43
Santa Inês	R\$ 6.800.091,00	R\$ 8.512.126,00	R\$ 5.807.232,00
Senhor do Bonfim	R\$ 6.068.565,00	R\$ 7.116.651,00	R\$ 5.718.088,00
Teixeira de Freitas	R\$ 2.821.155,00	R\$ 3.969.086,00	R\$ 2.948.063,00
Uruçuca	R\$ 3.058.073,00	R\$ 4.054.394,00	R\$ 2.630.760,00
Valença	R\$ 3.214.367,00	R\$ 4.113.155,00	R\$ 3.205.000,00

Fonte: Criada pela Autora a partir de dados do SIAFI (2016b).

Logo, o Quadro 3 demonstra a divisão orçamentária entre seus *campi*. Como a matriz orçamentária é projetada de acordo com o quantitativo de alunos, as unidades antigas têm um orçamento bem maior quando comparado com os novos *campi*. Outrossim, a Lei Federal 11.892/2008 determina em seu artigo 2º, parágrafo 1º, que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais”.

Desse modo, conforme afirma Otranto (2011), para se assemelhar às Universidades, os Institutos Federais precisam oferecer ensino superior, pesquisa e extensão dentro dos padrões de qualidade que a maioria das universidades oferecem, somado a oferta do ensino médio, ensino técnico e educação de jovens e adultos.

Percebe-se, portanto, que os Institutos possuem muitas atribuições, e considerando que, trata-se de uma política educacional, implantada recentemente, somente após sua consolidação é que será possível avaliar se estas instituições estão conseguindo atuar nas diversas modalidades de ensino com a qualidade esperada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, promovida nos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, representa um marco importante na evolução da educação no Brasil. A Educação Profissional, a princípio concebida com o propósito de resolver as mazelas sociais e atender a demanda das empresas multinacionais por mão de obra qualificada, ganha uma nova ressignificação no cenário do país.

A política de implantação dos Institutos Federais, através da Lei Federal 11.892/2008, representa a valorização da educação profissional e a compreensão do papel da educação como mecanismo de transformação do meio social e econômico, capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais do país.

A proposta de democratização do ensino é um grande passo rumo à superação das desigualdades. A expansão da educação profissional com o desígnio de contribuir para o desenvolvimento local das regiões, segue o caminho da democratização da oferta do ensino, por meio da interiorização do IFs.

Sem dúvidas, a expansão da educação profissional, ao longo da história, representa uma das políticas públicas mais significativas, principalmente em aspectos quantitativos. Em 2016 a rede federal alcançou o expressivo número de 644 *campi* em todo o Brasil, com 568 municípios atendidos. A estratégia do governo em adotar a universalização do atendimento aos municípios com elevados índices de pobreza e a política de interiorização da oferta pública de educação profissional e superior, têm possibilitado aos jovens e adultos, maior oportunidade de acesso a essas Unidades de Ensino.

Entretanto, é importante refletir se essa política tem conseguindo atingir resultados positivos, do ponto de vista qualitativo, já que é visível o êxito nos aspectos quantitativos. Partindo da realidade do IF Baiano, é importante destacar as desigualdades dos *campi*, quando se compara infraestrutura, recursos financeiros e humanos. A proposta de verticalização do ensino, cujo propósito vai desde a oferta de educação para jovens e adultos até a pós-graduação, exige que essas instituições tenham uma infraestrutura e quadro de pessoal adequado para o seu funcionamento.

Diante do exposto, conclui-se que o governo precisa priorizar o desenvolvimento das unidades já criadas para só então dar continuidade à política de ampliação de novas unidades. Faz-se necessário refletir se os Institutos Federais conseguirão atuar nas diversas modalidades de ensino com a qualidade esperada. Por fim, é válido ressaltar, a importância de se efetivar essa política de governo como política de Estado.



REFERÊNCIAS

ALBERT, S. & WHETTEN, D. A. *Organizational identity*. In: L.L. CUMMINGS & B.M. STAW (Eds.), *Research in organizational behavior*. Greenwich, CT: JAI Press Inc., 1985. Vol. 7, p. 263-295 SUPERIOR14.pdf> Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm> Acesso em: 01 de jul. 2016.

_____. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

_____. Ministério da Educação. *Plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 02 jul. 2016.

_____. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Expansão da rede federal*. Brasília: BRASIL, 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jul. 2016a.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema Integrado de Administração Financeira. *Orçamento do Instituto Federal Baiano (2014, 2015 e 2016)*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://tesouro.gov.br/web/stn/siafi>>. Acesso em: 28 mar. 2016b.

BRUNO, Lúcia. *Educação e desenvolvimento econômico no Brasil*. Revista brasileira de educação, v. 16, n.48, set.-dez. 2011.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IF BAIANO. *Plano de Desenvolvimento Institucional: Identidade e Gestão para a construção da excelência– 2015-2019*. Salvador, BA. 2015. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Relatório: *Estudo sobre a padronização do quadro de pessoal efetivo e terceirizado para o bom funcionamento dos Campi, observando os princípios modernos da Administração Pública Federal*. Instituto Federal Baiano. Bom Jesus da Lapa, BA - 2014. Documento Impresso.

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINTZBERG, H. et al. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

OTRANTO, Célia Regina. *A Política de Educação Profissional do Governo Lula*. In: Anais eletrônicos da 34ª Reunião Anual da ANPED, Natal, RN, 2011.

PERONI, V. M. V. *A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado*. Revista de Educação Pública – UFMT, v. 19, p. 215-227, 2010.

RODRIGUES, I. S.; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. *A política de expansão da educação profissional no Brasil: um olhar para o IFRN*. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015, Maringá-PR. Anais do VIII CBHE. Maringá-PR: Editora da UEM, 2015. p. 01-12.

SGUISSARDI, V. *Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária*. Educ. Soc., nas, v. 29, n. 105, dez. 2008. ISSN 0101-7330 Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>> Acesso em: 03 de jul. 2016.

TAVARES, Moacir Gubert. *Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil*. Trabalho apresentado na IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em:<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.